

Como o governo sabota sua própria política e endossa a fraude

Alexandre Barros (*)



honrado para a diferença entre o que o governo diz que um produto deve custar e o que ele custa de verdade. O que acontece na realidade é que ao tabelar preços o governo finge que o preço é aquele. O preço, realmente, é o que o produto ou serviço custa com o ágio, mas isso passa despercebido.

Entretanto, na medida em que o governo endossa o embuste, todo mundo acredita que existe algum "fiat" mágico para isso.

Há coisa de dois anos ou dois anos e meio, era possível comprar automóveis em São Paulo por preço abaixo da tabela do CIP. Nessa hora ninguém reclamava.

A falta de compreensão dos mecanismos de mercado patrocinada pelo Estado, no entanto, era tamanha que pelo menos um noticiário de televisão colocou no ar matéria sobre o assunto chamando o preço mais baixo de mercado negro.

Por que isso acontecia? Apenas porque existia um preço artificialmente determinado pelo governo (que naquele tempo chegava a ser mais alto do que o mercado queria pagar e hoje é mais baixo do que o que o mercado quer pagar), que permitia que as pessoas falassem de preços como se estivessem falando de violações de normas sagradas, e não de desejos e necessidades de pessoas.

Algumas pessoas com as quais eu discuti o assunto não chegaram sequer a entender que o mercado negro era patrocinado pelo governo, que fixava os preços acima do que as pessoas queriam pagar (e dava base legal para que alguns revendedores autorizados pedissem — pasme o leitor — perseguição policial para quem estava vendendo mais barato).

Ora, o mercado de verdade era o que permitia que se vendessem os carros mais baratos. Hoje as coisas inverteram-se, mas o

governo se-recusa a entender que, se abandonar a sua pretensa onipotência, os preços acabarão baixando e insiste em introduzir distorções no mercado que só aparentemente, e a curtíssimo prazo, estão a favor dos consumidores.

Agora a situação é inversa. Os carros estão custando mais do que o governo quer deixar que as montadoras cobrem. Isso só inibe o crescimento do investimento, do emprego e do bem-estar, a ponto de se falar que a Ford está prestes a deixar o Brasil. O pior é que isso é feito em nome de manter uma política artificial que finge que controla os preços, quando, na realidade, só faz tirar dinheiro de quem pode investir produtivamente — as indústrias de autopeças e as montadoras — para transferi-lo para os especuladores.

Enquanto houver tabelamento, o grosso da população não pode fiscalizar os preços, consumindo o que

está barato e deixando de consumir o que está caro simplesmente porque o tabelamento é uma alocação autoritária de valores que opera sempre em detrimento dos segmentos menos favorecidos da população.

Não adianta o governo fazer reuniões para resolver o assunto. As pessoas vão pagar pelos produtos o que elas estão dispostas em função do dinheiro que têm disponível. (Alguém alguma vez deixou de viajar nos fins de semana quando não se podia vender gasolina aos sábados e domingos? Claro que não, o mercado, na verdade, sempre tinha um latão de gasolina nos fundos do posto para resolver o problema do viajante.)

Com as taxas de juro a acontecer a mesma coisa. Se o governo faz isso que se chama de acordo de cavalheiros — que não passa de tabelamento disfarçado — e através do acordo permite que as taxas cheguem a

70%, o que ele está fazendo é dando autoridade para que os emprestadores de dinheiro cobrem essa taxa não porque o mercado quer pagar mas porque o governo determinou (e a ciranda financeira está rodando mais rápido um pouco).

Em suma, o argumento vale para carros, juros, carne, leite, educação e tudo o mais. Insistindo nessas atitudes, o governo sabota suas próprias políticas e patrocina a fraude e o embuste. Essa é a parte do assunto que interessa a nós, da sociedade. Se esse argumento, no entanto, não foi capaz de convencer o governo, que tal lembrarmos que novembro está aí, com eleições e Constituinte. Pode ser que a esse argumento o governo seja mais sensível, mas sinceramente duvido.

(*) PhD em Ciência Política pela Universidade de Chicago e consultor de empresas em Análise de Risco Político, baseado no Rio de Janeiro.

Existe uma mística de que o Estado está aí para defender os cidadãos comuns contra as crueldades do mercado. A origem dessa crença está em que, entre o fim da Idade Média e o início do capitalismo, uma das muitas funções que o Estado efetivamente desempenhou — especialmente na Europa dos séculos XVI e XVII — foi realmente esta: pressionar as nascentes leis do mercado, os camponeses tinham uma situação demasiadamente vulnerável.

Hoje as coisas são diferentes. As máquinas estatais protegem um pouco menos os pobres e tratam mais de defender os interesses da nossa "nobreza de serviços", que de nobre tem muito pouco. Isso acontece independentemente do fato de que burocratas individuais possam estar muito bem intencionados no governo.

O que acontece na realidade é que o Estado coleta dinheiro coercitivamente da sociedade (seja através de impostos, seja através de política de fato expropriativa), investe uma parcela mínima na melhora do bem-estar dos pobres e guarda o resto para o seu próprio bem-estar.

Assim, a maior parte das regulamentações do Estado, reservas de mercado, cartórios, monopólios, tabelamentos, etc., tão decretados, não passam de um embuste do Estado em relação à sociedade e aos consumidores.

Vejamos o caso do ágio. O ministro Funaro diz que o ágio é uma questão de comportamento do consumidor. Ele está certo, porém o ágio como tal só existe porque o governo insiste em tabelar preços. Se não houvesse um preço tabelado, não existiria ágio, existiria preço mais alto ou mais baixo. O ágio, portanto, não passa de um apelido